

Ligue Móvel Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e períodos comparativos	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Ayrton Senna da Silva, 300 - 3º andar,
Sala 311 - Gleba Palhano, Londrina (PR)
Brasil

T +55 43 3306-1047

Aos/Às Administradores (as) e Quotistas da
Ligue Móvel Ltda.
Campo Mourão – Paraná

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Ligue Móvel Ltda. “Empresa”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis de acordo com o CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000-R1).

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos apresentados no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis.

Base para opinião com ressalvas

Goodwill originado na aquisição de investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16 – Intangível, o balanço patrimonial apresenta registrado o montante de R\$ 3.000.000, decorrente de *Goodwill* originado da aquisição de investimentos na Empresa TS Tecnologia e Sistemas em Redes Ltda. Entretanto, a Empresa não apresentou estudos que fundamentaram o preço pago pelo ativo, bem como estudo quanto à recuperabilidade do saldo, nos impossibilitando de concluir sobre a existência e/ou valorização do respectivo montante.

Ativo fiscal diferido

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12 – Impostos diferidos, a Empresa possui registrado na rubrica “Impostos diferidos”, no ativo não circulante, o montante de R\$ 1.427.542 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 19.870 em 2019). Entretanto, não possui histórico de rentabilidade nos últimos anos e não nos forneceu estudo formal de viabilidade que demonstre a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os prejuízos acumulados e utilização dos créditos tributários.

Conseqüentemente, o ativo não circulante e o resultado do exercício estão registrados a maior neste montante nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 12 de julho de 2021



Josnei Francisco Dagort
CT CRC 1PR-054.116/O-8

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Ligue Móvel Ltda.

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.539.455	29.744
Contas a receber e outros créditos	9	5.614.008	3.206.262
Estoques	10	3.747.821	211.819
Impostos a recuperar	11	1.145.482	968.504
Despesas antecipadas	13	30.687	61.093
Total do ativo circulante		<u>16.077.453</u>	<u>4.477.421</u>
Ativo não circulante			
Contas a receber e outros créditos	9	3.830.893	2.645.477
Impostos a recuperar	11	998.644	1.218.427
Impostos diferidos	12	1.427.542	19.870
Investimentos	14	616.313	11.449
Imobilizado	15	35.347.720	29.163.297
Intangível	16	7.354.273	5.494.951
Total do ativo não circulante		<u>49.575.385</u>	<u>38.553.470</u>
Total do ativo		<u>65.652.838</u>	<u>43.030.891</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ligue Móvel Ltda.

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante			
Fornecedores a pagar	17	5.985.099	4.926.350
Obrigações trabalhistas	18	534.028	515.879
Obrigações sociais e previdenciárias	19	883.738	667.854
Empréstimos e financiamentos bancários	20	23.619.312	14.873.592
Obrigações tributárias	21	4.712.859	3.300.255
Outras contas a pagar	22	170.802	153.958
Total do passivo circulante		<u>35.905.838</u>	<u>24.437.887</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores a pagar	17	1.137	-
Empréstimos e financiamentos bancários	20	25.199.337	11.121.944
Obrigações tributárias	21	5.987.209	4.399.371
Outras contas a pagar	22	1.075.308	1.355.414
Total do passivo não circulante		<u>32.262.991</u>	<u>16.876.730</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	23	2.000.000	2.000.000
Prejuízos acumulados	23	(4.515.991)	(283.726)
Total do patrimônio líquido		<u>(2.515.991)</u>	<u>1.716.274</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>65.652.838</u>	<u>43.030.891</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ligue Móvel Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado do exercício	(4.232.265)	(565.912)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(4.232.265)</u>	<u>(565.912)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ligue Móvel Ltda.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas operacionais líquidas	24	38.062.784	31.162.311
Custos serviços prestados	25	(24.788.114)	(18.489.890)
Lucro bruto		<u>13.274.670</u>	<u>12.672.421</u>
Despesas operacionais			
Despesas comerciais	25	(5.115.635)	(3.149.080)
Despesas administrativas	25	(5.437.758)	(5.046.355)
Outros resultados operacionais	27	(848.427)	1.866
		<u>(11.401.820)</u>	<u>(8.193.569)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>1.872.850</u>	<u>4.478.853</u>
Receitas financeiras		437.029	571.752
Despesas financeiras		(7.949.816)	(5.133.179)
Resultado financeiro líquido	26	<u>(7.512.787)</u>	<u>(4.561.427)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(5.639.937)</u>	<u>(82.575)</u>
Imposto de renda e Contribuição social - sobre o lucro corrente	28	-	(483.337)
Imposto de renda e Contribuição social - sobre o lucro diferidos	28	1.407.672	-
Prejuízo do exercício		<u>(4.232.265)</u>	<u>(565.912)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ligue Móvel Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2019	22.a	2.000.000	282.186	-	2.282.186
Prejuízo do exercício	22.b	-	-	(565.912)	(565.912)
Destinação:	-				
Reversão da reserva de lucros	-	-	(282.186)	282.186	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.a	<u>2.000.000</u>	<u>-</u>	<u>(283.726)</u>	<u>1.716.274</u>
Prejuízo do exercício	22.b	-	-	(4.232.265)	(4.232.265)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u><u>2.000.000</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(4.515.991)</u></u>	<u><u>(2.515.991)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ligue Móvel Ltda.

Demonstrações do fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(4.232.265)	(565.912)
Ajustes por:		
Depreciação/amortização	2.783.400	2.354.664
IRPJ/CSLL diferidos	(1.407.672)	-
Receitas e/ou despesas diferidas	30.406	(17.733)
Resultado de equivalência patrimonial	978.451	-
Provisão para perdas de liquidação duvidosa	1.245.219	-
	<u>(602.461)</u>	<u>1.771.019</u>
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	(4.838.381)	(874.377)
Estoques	(3.536.002)	69.590
Contas a pagar a fornecedores	1.090.291	(977.085)
Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias	234.033	(60.408)
Impostos e Contribuições a recolher/recuperar	3.043.247	3.495.205
Outras contas a pagar	(1.230.756)	(689.380)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>(5.840.029)</u>	<u>2.734.564</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado e Intangível	(11.374.914)	(14.534.343)
Alienação/baixa de imobilizado	6.175	336.642
(-) Impostos creditados	583.111	1.096.330
(Investimentos) Resgate Consórcios e Capitalização	(604.864)	(423.593)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(11.390.492)</u>	<u>(13.524.964)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes Relacionadas	(41.366)	12.140
Captação de empréstimos	42.224.241	22.927.977
Pagamento de empréstimos	(14.548.850)	(10.866.605)
Juros pagos sobre empréstimos	(4.893.793)	(1.277.195)
Caixa gerado nas atividades de financiamento	<u>22.740.232</u>	<u>10.796.317</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>5.509.711</u>	<u>(5.917)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	29.744	35.661
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	<u>5.539.455</u>	<u>29.744</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

1. Informações gerais

A Ligue Móvel Ltda. (“Empresa”, “LMO”, “Ligue”) está apresentando suas demonstrações contábeis como forma de demonstrar seu desempenho operacional e sua posição patrimonial e financeira. Está inscrita no CNPJ 10.442.435/0001-40 na forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Avenida Capitão Índio Bandeira, 1836, sala 02 CEP 87.300-005, Centro, Campo Mourão – PR. Tem como atividades econômicas: **(i)** a prestação de serviços de comunicação e telecomunicações; **(ii)** serviços de comunicação multimídia - SCM; **(iii)** serviços de telefonia fixa comutada – SFTC; **(iv)** serviços de comunicação móvel pessoal – SMP; **(v)** serviços de televisão por assinatura e serviços de acesso condicionado – SEAC; **(vi)** provedor de voz sobre protocolo internet – VOIP; **(vii)** tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; **(viii)** portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; **(ix)** serviços de suporte técnico e tele atendimento (*call center* ativo e passivo); **(x)** serviços de telefonia móvel celular; **(xi)** serviços de provimento de acesso à internet; **(xii)** desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis ou não customizáveis; **(xiii)** elaboração de projetos para telecomunicações; **(xiv)** serviços combinados de escritório de apoio administrativo, operacional e cobrança; **(xv)** suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; **(xvi)** instalação e manutenção de equipamentos de internet, telecomunicações e informática; **(xvii)** comércio varejista especializado em equipamentos de telefonia e comunicação; **(xviii)** aluguel de máquinas e equipamentos comerciais, industriais e de telecomunicações.

As filiais da LMO (não auditado) são:

- (i)** Filial Saquarema A - Rua Dr. Luiz Januário, 406 – Sala 303, Centro, Saquarema - Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 10.442.435/0002-20, com início em outubro/2011;
- (ii)** Filial Cianorte - Av. Espírito Santo, nº 696, Zona 01, Cianorte - Paraná, CEP:87.200-059 inscrita no CNPJ 10.442.435/0003-01, iniciando em maio/2015;
- (iii)** Filial Araruna - Rua Duque de Caxias, nº 511, Centro, Araruna - Paraná, CEP 87.260-000 inscrita no CNPJ 10.442.435/0004-92, com início em maio/2015;
- (iv)** Filial Maringá – ASPEN - Av. São Paulo, nº 1061, Sala 816, Aspen Park Trade Center, 8º Andar – Zona I, Maringá - Paraná, CEP: 87.013-040, e inscrita no CNPJ 10.442.435/0005-73, com início com início maio/2015;

- (v) Filial São Paulo - Av. das Nações Unidas, 13974, Roque Petroni, Edifício Petros, São Paulo – SP, CEP 04.794-000, inscrita no CNPJ 10.442.435/0006-54, iniciando em outubro/2015;
- (vi) Filial Campo Mourão – Loja - Av. Capital Índio Bandeira, 2001, centro, Campo Mourão – PR, CEP 87.300-005, inscrita no CNPJ nº 10.442.435/0007-35 com início em março/2016;
- (vii) Filial Maringá – CD - Rua Pioneiro José dos Santos, 230, Jardim Itaipu, Maringá – PR, CEP 87.065-440 com CNPJ nº 10.442.435/0008-16 iniciando em abril/2018;
- (viii) Filial Maringá – Atrium - Av. Pedro Taques, 294, salas 1905, 1906, 1907, 1908, Zona Armazém, Maringá – PR, CEP 87.030-008, inscrita no CNPJ no 10.442.435/0010-30, tendo início em setembro/2018;
- (ix) Filial Belo Horizonte- Av. Contorno, 6594, 7º andar, Savassi, Belo Horizonte – MG, CEP 30.110-044, inscrita CNPJ nº 10.442.435/0009-05, iniciando em janeiro/2018;
- (x) Filial Campo Grande – Rua 26 de agosto, 384, sala 57, CEP: 79.002-913, Campo Grande – MS, inscrita CNPJ nº 10.442.435/0011-11.

A Empresa auferiu prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 4.232.265, ainda que com uma receita operacional líquida 22% maior, a saber R\$ 38.062.784 (em 2020) e R\$ 31.162.311 (em 2019), por outro lado, os custos tiveram um aumento de 34% (R\$ 24.788.114 em 2020 e R\$ 18.489.890 em 2019). Tal resultado se dá em decorrência principalmente, dos investimentos realizados necessários à habilitação do serviço de telecomunicações, construção de infraestrutura suporte a prestação dos serviços objeto da Empresa. A influência significativa neste déficit ocorre por conta de gastos, inicialmente não caracterizados como custos, que foram classificados como despesas de vendas, prospecção de novos clientes, ganho de mercado e fixação da marca em novas praças. A geração de receitas ocorrerá no decorrer do contrato firmado com o cliente, este com prazo mínimo de doze meses. Na ocasião do fechamento o seu passivo circulante excede o total do ativo circulante em R\$ 19.828.385 em 2020 e de R\$ 19.960.466 em 2019, o que denota um prolongamento da sua dívida através de negociações pontuais com seus principais fornecedores, comprovando assim que a Empresa vem executando o plano de ações direcionados a reduções de custos e despesas financeiras, bem como melhorias em seus processos operacionais, além disto, a Empresa apresenta um Patrimônio Líquido negativo em R\$ 2.515.991. Diante disso, continua dependendo de suporte financeiro de seus acionistas e/ou terceiros, o que vem ocorrendo para honrar com seus compromissos assumidos com fornecedores, empregados e credores em geral. A Administração entende que tal fluxo de recursos está previsto em seu plano de negócios e não há razões para acreditar que este plano não será integralmente cumprido. Dentre as principais ações estão a continuidade: readequação do nível de estoques, racionalização de custos e despesas, melhoria nos processos operacionais, adequação do custo de aquisição dos estoques, realinhamento de preços e melhora de mix de produtos, bem como o equacionamento da sua dívida tributária.

Covid-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (Covid-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

No decorrer do exercício, a administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações e nas demonstrações contábeis. As principais medidas foram tomadas:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como plano de home office das equipes quando possível, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis;
- Avaliação das condições de pagamento com os fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez; Monitoramento do valor de recuperabilidade dos recebíveis.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos técnicos para pequenas e médias empresas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC-PME) e ITG 1000 aprovada pela resolução CFC nº 1.418/12.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 12 de julho de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

b) Base para elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações contábeis apresentadas em real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Lige e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9 – Mensuração de provisão para perdas estimadas em liquidação duvidosa de contas a receber de clientes e outros créditos;**
- **Nota Explicativa nº 11 – Avaliação ao valor justo impostos a recuperar;**
- **Nota Explicativa nº 15 – Mensuração da vida útil dos bens do ativo imobilizado;**
- **Nota Explicativa nº 16 – Mensuração da vida útil dos bens do ativo intangível;**
- **Nota Explicativa nº 29 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.**

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 12 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro para que possam ser utilizados.**

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;**
- **Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);**
- **Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).**

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 29 – Instrumentos financeiros.**

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- **Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.**
- **Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.**

6. Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

b) Contas a receber de clientes e provisão para perdas estimadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na Nota Explicativa nº 9.

c) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real de acordo com as taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real de acordo com as taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

d) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos com estoque de materiais de instalações são descontados os créditos tributários e são mensurados todos os gastos de armazenagem até o momento que são distribuídos para instalação e uso em novos clientes.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2010, data de transição da Empresa para os CPC's (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Taxa a. a.
Máquinas, equipamentos	10%
Móveis, utensílios	10%
Ferramentas	20%
Veículos	20%
Computadores, periféricos	20%
Benfeitorias, instalações	10%
Equipamentos de comunicação	5%

h) Ativos intangíveis

(i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

(ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada é a seguinte:

Software	5 anos
----------	--------

i) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Empresa classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

j) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos – Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

As quotas são classificadas como patrimônio líquido.

k) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

m) Venda de bens

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens. As obrigações de desempenho são satisfeitas em momento específico no tempo.

O momento específico no tempo em que o direito legal assim como os riscos e benefícios são substancialmente transferidos para o cliente é determinado da seguinte forma:

- (i) Para contratos em que a Empresa é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente quando o risco da mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente;
- (ii) Para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos quando os produtos são entregues à transportadora do cliente.

As receitas provenientes da venda de aparelhos e acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente.

Reconhecimento de receita por prestação de serviços:

A receita de serviços prestados, é reconhecida no resultado com base no faturamento dos serviços concluídos na data de apresentação das demonstrações contábeis.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é disponibilizado ao cliente, entretanto para alguns clientes os serviços são disponibilizados em forma de atacado com o recebimento antecipado em forma de crédito e para outros são cobrados posterior aos serviços prestados.

n) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber);

- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Empresa classifica juros recebidos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

7. Novas normas e interpretações revisadas, já emitidas e adotadas

A Empresa adota o CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas como base de suas contabilizações. Neste cenário, não há conhecimento de alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Empresa.

8. Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo concentrados em ativos de renda fixa, com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa de seu valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “empréstimos” no passivo circulante.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1.111	210
Bancos conta movimento	52.587	29.534
Aplicações de liquidez imediata (a)	5.485.757	-
Total	5.539.455	29.744

- (a) Aumento significativo se deu por conta da aquisição de certificado de depósito bancário do banco Santander atrelado ao CDI.

A administração informa que inexistem saldos de caixas e equivalentes de caixas dados em garantias.

9. Contas a receber e outros créditos

	31/12/2020	31/12/2019
Duplicatas a receber (a)	8.322.105	4.793.522
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(2.864.370)	(1.619.151)
Adiantamentos (c)	156.273	31.892
Créditos com terceiros	3.830.893	2.645.477
Total	9.444.901	5.851.739
Circulante	5.614.008	3.206.262
Não circulante	3.830.893	2.645.477
Total	9.444.901	5.851.739

- (a) São demonstrados pelos valores nominais das notas fiscais, vencíveis até o final do exercício seguinte. São acrescidos de variação cambial e ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de Ajuste a Valor Presente (AVP).

A abertura do saldo por data de vencimento está assim demonstrada:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	3.826.467	2.421.284
Vencido de 1 a 30 Dias	512.947	286.847
Vencido de 31 a 90 dias	320.333	203.723
Vencido de 91 a 120 dias	183.928	90.612
Vencido de 121 a 180 dias	199.727	102.840
Acima de 180 dias	3.278.703	1.688.216
Total	8.322.105	4.793.522

- (b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) conforme Lei 13.097 de 2015, títulos de até R\$ 15.000,00 vencidos a mais de 180 dias, ou acima deste valor até R\$ 100.000 vencidos a mais de 360 dias;

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	1.619.151	-
Complemento do exercício	1.245.219	1.619.151
Total	2.864.370	1.619.151

- (c) Direito a receber dos sócios firmados em contrato com atualização mensal da Selic.

As contas a receber de clientes correspondem a valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa e a adiantamentos para fornecedores/prestadores a garantir futura entrega da mercadoria/serviço. Se o prazo de recebimento é equivalente a doze meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário são apresentadas no ativo não circulante.

Nota: A Empresa também opera desconto de títulos junto à Cooperativa Sicoob, Banco Bradesco e Banco do Brasil, onde os créditos são dados em garantia afim de garantir a liberação de recursos para serem liquidados nas datas de vencimentos.

10. Estoques

	31/12/2020	31/12/2019
Materiais de instalação	2.418.682	124.932
Materiais de instalação - Em poder de terceiros	1.192.262	-
Materiais de uso e consumo	136.876	86.887
Total	3.747.821	211.819

Referem-se a materiais necessários às atividades de prestação de serviços em poder da Empresa conforme inventário realizado na data do balanço. O aumento significativo é justificado pela aquisição de novos materiais necessários a prestação de serviço por conta da expansão da operação de instalação de serviços de telecomunicações em outras praças.

11. Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS – CIAP (a)	1.947.996	1.996.057
PIS – Programa de integração social	934	908
CSLL - Contrib. social s/ lucro líquido (b)	47.268	46.001
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica (b)	147.930	143.965
Total	2.144.126	2.186.931
Circulante	1.145.482	968.504
Não Circulante	998.644	1.218.427
Total	2.144.126	2.186.931

- (a) Crédito de ICMS postergado sobre investimentos em ativo fixo para o ativo imobilizado a ser compensado mensalmente em 48 vezes;
- (b) Saldo negativo de IRPJ/CSLL com restituição solicitada por meio de Per-Dcomp, aguardando deferimento.

Todos os saldos de créditos tributários sofrem atualização mensal da Selic.

A Empresa optou pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o montante total dos créditos em 31 de dezembro de 2020, pois entende que as compensações dos impostos no ano de 2021, estão seguindo um ciclo normal, sendo que o ajuste a valor presente não se faz necessário.

12. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados de modo a refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base tributável dos ativos e passivos, e os respectivos valores contábeis. As composições dos saldos dos tributos diferidos líquidos são demonstradas a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	1.049.663	14.610
Provisão para contingências	14.610	14.610
Prejuízo Fiscal	1.018.300	-
PECLD	16.753	-
Contribuição social	377.879	5.260
Provisão para contingências	5.260	5.260
Prejuízo Fiscal	366.588	-
PECLD	6.031	-
Total	1.427.542	19.870

A Administração considera que os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que deram origem, combinadas com a geração de lucros tributários futuros.

Ainda, com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Administração prevê recuperar os créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais, nos exercícios de 2021 e 2022.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Administração tem como política a revisão periódica dessas premissas e, se necessário, fará os ajustes nos valores dos créditos tributários contabilizados para refletir de maneira mais adequada a sua respectiva realização.

13. Despesas antecipadas

	31/12/2020	31/12/2019
Seguros a apropriar	30.687	61.093
Total	30.687	61.093

Compõem prêmios de seguros a apropriar conforme vigência definida em apólice celebrada com sociedades seguradoras.

14. Investimentos

Registram-se os produtos adquiridos a título de capitalização junto a instituições financeiras como forma de garantia na compra de outros produtos.

	31/12/2020	31/12/2019
Capitalização	616.313	11.449
Total	616.313	11.449

15. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo histórico, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Vale ressaltar que, a Empresa não apresentou estudos que fundamentaram o preço pago pelos ativos, bem como estudos quanto a recuperabilidade (*impairment*) do saldo sobre a existência e/ou valorização do respectivo montante. Existe o montante de R\$ 457.405 dados em garantias em operações de Leasing.

a) Os detalhes do ativo imobilizado da Empresa estão demonstrados nos quadros a seguir:

	Taxa de depreciação	2020					2019	
		Custo	Depreciação	Créditos tributários	Em andamento	Consórcios	Líquido	
Máquinas/ Equip.	10%	786.962	(301.423)	(1.742)	-	-	483.797	520.607
Móveis e utensílios	10%	251.174	(68.813)	(12.292)	-	-	170.068	173.020
Ferramentas	10%	30.839	(21.989)	(1.270)	-	-	7.580	14.659
Veículos	20%	1.342.019	(874.988)	(16.788)	-	335.005	785.248	1.252.221
Aparelhos de comunicação	20%	52.155	(1.831)	-	-	-	50.324	-
Computadores/ periféricos	20%	862.941	(247.298)	(11.790)	-	-	603.853	143.840
Benfeitorias/ instalações	10%	392.174	(123.720)	-	-	-	268.454	303.986
Equip. de comunicação	5%	24.356.410	(4.838.448)	(3.019.262)	16.479.696	-	32.978.396	26.754.964
Total		28.074.674	(6.478.510)	(3.063.144)	16.479.696	335.005	35.347.720	29.163.297

	Taxa de depreciação	2019					2018	
		Custo	Depreciação	Créditos tributários	Em andamento	Consórcios	Líquido	
Máquinas/ Equip.	10%	748.918	(226.568)	(1.743)	-	-	520.607	587.089
Móveis e utensílios	10%	232.248	(46.927)	(12.301)	-	-	173.020	150.522
Ferramentas	10%	31.504	(15.574)	(1.271)	-	-	14.659	14.545
Veículos	20%	1.342.019	(656.108)	(16.800)	-	583.110	1.252.221	1.085.608
Computadores/ periféricos	20%	334.268	(178.714)	(11.714)	-	-	143.840	184.922
Benfeitorias/ instalações	10%	244.750	(88.188)	-	147.424	-	303.986	670.700
Equip. de comunicação	5%	3.394.512	(3.153.718)	(2.618.537)	9.132.707	-	26.754.963	14.823.869
Total		26.328.219	(4.365.797)	(2.662.366)	9.280.131	583.110	29.163.297	17.517.255

b) Movimentações no ativo imobilizado:

	2019	Movimentação 2020			2020	
	Líquido	Aquisições	Baixas	(-) Créditos tributários	Depreciação	Líquido
Máquinas/ Equipos.	520.607	38.555	(510)	-	(74.855)	483.797
Móveis e Utensílios	173.020	18.935	-	-	(21.887)	170.068
Ferramentas	14.659	5.001	(5.665)	-	(6.415)	7.580
Veículos	1.252.221	(248.094)	-	-	(218.879)	785.248
Aparelhos de Comunicação	-	52.155	-	-	(1.831)	50.324
Computadores/ Periféricos	143.840	528.673	-	(76)	(68.584)	603.853
Benfeitorias/ Instalações	303.986	-	-	-	(35.532)	268.454
Equipos. de Comunicação	26.754.963	8.491.198	-	(583.035)	(1.684.730)	32.978.396
Total	29.163.296	8.886.423	(6.175)	(583.111)	(2.112.713)	35.347.720

	2018	Movimentação 2019			2019	
	Líquido	Aquisições	Baixas	(-) Créditos tributários	Depreciação	Líquido
Máquinas/ Equipos.	587.089	9.729	-	(1.743)	(74.468)	520.607
Móveis e Utensílios	150.522	48.490	-	(7.076)	(18.916)	173.020
Ferramentas	14.545	7.168	-	(1.271)	(5.783)	14.659
Veículos	1.085.608	412.143	-	-	(245.530)	1.252.221
Aparelhos de Comunicação	-	-	-	-	-	-
Computadores/ Periféricos	184.922	36.675	-	(1.195)	(76.562)	143.840
Benfeitorias/Instalações	670.700	-	(336.642)	-	(30.072)	303.986
Equipos. de Comunicação	14.823.869	14.020.138	-	(1.085.045)	(1.003.998)	26.754.963
Total	17.517.255	14.534.343	(336.642)	(1.096.330)	(1.455.330)	29.163.297

Nota: A Empresa adquiriu, em 2018, dez unidades do veículo Volkswagen Gol por meio da operação de arrendamento mercantil financeiro conforme contrato celebrado com o Banco Bradesco S.A. e previsão de liquidação em 48 meses. Tais bens compõem o ativo imobilizado sendo segregados na Empresa como veículos – leasing financeiro.

Imobilizado em andamento

Compreende direitos para utilização de blocos de radiofrequência associados à exploração do serviço móvel 4G, conforme previsto nos termos de autorização firmados com a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, compreende ainda materiais necessários para o lançamento de cabos de fibra óptica na construção de redes de transmissão de dados e equipamentos no processo de instalação não finalizado. Todos os custos e despesas são segregados e, ao fim do processo serão reconhecidos como imobilizado de fato passando a compor o patrimônio e, conseqüentemente a sofrer amortização/depreciação mensal de acordo com o prazo contratual e a vida útil estimada.

16. Intangível

Referem-se a *Softwares*/Licenças de terceiros para utilização nas atividades da Empresa, registrados com base no custo histórico. O intangível compreende ainda o fundo do comércio adquirido junto à TS Tecnologia e Sistemas por Assinatura Ltda. ao qual se espera gerar benefícios futuros para a Empresa. Ambos serão amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos.

	<i>Good Will</i>	<i>Softwares</i>	Marcas e Patentes	Total
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo	3.000.000	2.719.075	3.230	5.722.305
Amortização Acumulada	-	(824.958)	-	(824.958)
Mão de Obra – Projetos de Rede - Em andamento (a)		597.604		597.604
Saldo líquido de 2019	3.000.000	2.491.721	3.230	5.494.951
Em 31 de dezembro de 2020				
Saldo inicial	3.000.000	2.491.721	3.230	5.494.951
Aquisições		2.261.500	10.680	2.272.180
Baixas				
Amortização		(670.687)		(670.687)
Mão de Obra – Projetos de Rede - Em andamento (a)		257.829		257.829
Saldo líquido de 2020	3.000.000	4.340.363	13.910	7.354.273

(a) Intangível em andamento

É composto pelos gastos com mão de obra no desenvolvimento de projetos para a construção de redes que serão levados a intangível de fato no momento da conclusão dos respectivos projetos e execução.

17. Fornecedores a pagar

São demonstradas pelos valores nominais das notas fiscais referentes a bens e serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for realizado em até um ano. Caso contrário as contas a pagar são classificadas no passivo não circulante. São acrescidos de variação cambial, se aplicável, e ajustados a valor presente até a data do balanço.

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores Nacionais	5.985.099	4.926.351
Total	5.985.099	4.926.351
Fornecedores a pagar circulante	5.985.099	4.926.351
Fornecedores a pagar não circulante	1.137	-
Total	5.986.236	4.926.351

18. Obrigações trabalhistas

Representa despesas de mão de obra da Empresa, vencíveis no mês seguinte, além de provisões de férias e 13º salário com previsão de liquidação em no máximo doze meses.

	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	215.587	202.716
Provisão Férias	298.919	311.887
Autônomos	19.522	1.276
Total	534.028	515.879

19. Obrigações sociais e previdenciárias

Compõe encargos sociais correspondentes às despesas de mão de obra com previsão de liquidação no exercício seguinte.

	31/12/2020	31/12/2019
INSS a recolher	734.714	507.126
FGTS a recolher	28.826	29.078
IRRF a recolher	14.993	21.602
Encargos s/ provisões Férias	105.206	110.047
Total	883.738	667.854

20. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos de custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Empresa tenha o direito de liquidá-los no prazo de 12 meses após a data do balanço.

A Empresa Ligue não possui *covenants* financeiros para as operações vigentes até a data.

20.1. Contratos vigentes

Instituição Financeira	Modalidade	Taxa Estimada a. m.	Garantia
Caixa Econômica Federal	Capital de Giro	1,88%	FGO
Bradesco Leasing S/A	Leasing	1,35%	Aval e Bens
Bradesco Leasing S/A	Leasing	1,35%	Aval e Bens
Daycoval Leasing	Finame	0,11%	Aval
Banco Bradesco S.A.	Capital de Giro	1,36%	Aval
Caixa Econômica Federal	Capital de Giro	1,18%	Aval
Caixa Econômica Federal	Capital de Giro	1,18%	Aval
Banco Volkswagen S.A.	Finame	1,08%	Aval e Bens
Banco Volkswagen S.A.	Finame	1,08%	Aval e Bens
Banco Itaú S.A.	Conta Garantida	2,00%	Aval
Caixa Econômica Federal	Capital de Giro	2,76%	Aval
Caixa Econômica Federal	Capital de Giro	1,77%	Aval
Banco do Brasil S.A.	Capital de Giro	1,47%	Aval
Banco do Brasil S.A.	Capital de Giro	1,47%	Aval
Banco Santander S.A.	Capital de Giro	1,59%	Aval
Banco Santander S.A.	Capital de Giro	1,20%	Aval
Banco Santander S.A.	Capital de Giro	1,97%	Aval

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos/Financ. Bancários	12.706.400	3.297.918
Duplicatas Descontadas	952.900	518.758
Operação Vendor	33.239.150	19.990.320
Financiamentos de Bens	663.363	117.083
Conta corrente garantida	-	662.678
Cartão BNDES	130.977	164.520
Leasing	802.157	483.029
Livotech Bahia S.A. (b)	673.838	967.808
(-) Encargos a apropriar	(350.136)	(206.577)
Circulante	23.619.312	14.873.592
Não circulante	25.199.337	11.121.944
Total	48.818.649	25.995.536

a) Médias das taxas de Financiamento:

	31/12/2020	31/12/2019
Financ. até 12m	23.619.312	14.873.592
Financ. após 12m	25.199.337	11.121.944
Total	48.818.649	25.995.536
Juros/Encargos	5.998.543	2.922.371
Taxa Média (anual) de Financiamento	16,40%	14,57%

b) Outros Empréstimos e Financiamentos

Consiste no reconhecimento da obrigação com a empresa *Wdc Livotech S.A.* fornecedor de equipamentos para instalação e sublocação aos clientes da Ligue mediante contrato de locação nº A17000151 celebrado entre as partes. São registrados por meio de notas fiscais, com um prazo para liquidação de até 36 meses.

	31/12/2020	31/12/2019
Livotech Bahia S.A.	673.838	967.808
Circulante	673.838	541.216
Não circulante	-	426.593
Total	673.838	967.808

21. Obrigações tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF – Imposto de Renda Retido da Fonte	12.994	8.811
ICMS – Imposto s/ circulação de mercadorias/serviços	366.215	512.077
Cofins – Contrib. para financiamento da Seguridade Social	926.812	640.156
PIS – Programa integração social	200.648	138.700
ISS – Impostos sobre serviços	36.683	15.405
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	-	341.963
CSLL - Contrib. social s/ lucro líquido	-	127.598
CSRF – Contribuição Social retida na fonte	1.004	1.648
Parcelamentos de tributos (I)	9.155.711	5.913.269
Total	10.700.068	7.699.626
Circulante	4.712.859	3.300.255
Não circulante	5.987.209	4.399.371
Total	10.700.068	7.699.626

(I) Parcelamentos de tributos:

	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamento ICMS (a)	3.150.512	2.050.772
Parcelamento PIS/Cofins (b)	3.586.067	1.953.333
PERT Débitos Federais (c)	436.800	480.125
Parcelamento INSS (d)	1.982.332	1.429.040
Total	9.155.711	5.913.269
Circulante	3.168.502	1.513.898
Não circulante	5.987.209	4.399.371
Total	9.155.711	5.913.269

- (a) Parcelamento do ICMS de competências entre 2015 e 2020 com prazo médio de pagamento de aproximadamente 29 meses e previsão de liquidação em 2024;
- (b) Os tributos que integram são PIS e Cofins sobre faturamento, referentes às competências do período compreendido entre 2016 e 2020. O prazo médio de liquidação está previsto para 40 meses, previsão de liquidação em abr/2024;
- (c) PERT – Programa Especial De Regularização Tributária instituído pela MP 783/2017 e regulamentado pela Lei 13.946/2017 onde abrangeu débitos de natureza da RFB e PGFN. Restando 96 parcelas de R\$ 4.199, com previsão de vencimento final em dez/2028;

A Empresa também conta com o benefício de parcelamento de débitos ao qual aderiu em abril de 2018 e que foi regulamentado pela Lei Complementar 162/2018 contemplando débitos da esfera federal no período compreendido entre 2016 e 2017 com prazo de 145 meses e previsão de liquidação em maio/2030. Parcelamento convencional de débitos federais competentes a 2017 e 2018 com prazo total de 60 meses e previsão de liquidação para agosto de 2023;

- (d) INSS parcelado competente aos meses entre out/2015 e jun/2020, restando aproximadamente 40 prestações de em média R\$ 4.360.

Todos os parcelamentos estão, na data do balanço, atualizados de multas e juros de acordo com extrato consolidado pelas receitas federal/estadual/municipal. As parcelas sofrem atualização mensal pela SELIC.

22. Outras contas a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Aluguéis	44.676	39.461
Honorários	13.000	10.000
Seguros	29.398	46.056
Provisões	58.441	58.441
TS Tecnologia e Sistemas (a)	30.274	99.758
Parcelamento Anatel (b)	109.578	-
Partes Relacionadas (c)	-	253.546
Transações com partes relacionadas (d)	960.743	1.002.109
Total	1.246.110	1.509.371
Circulante	170.802	153.958
Não circulante	1.075.308	1.355.414
Total	1.246.110	1.509.372

- (a) Obrigação com TS Tecnologia e Sistemas por conta da cessão de direitos creditórios adquiridos, em confronto com o reembolso das suas despesas conforme estabelecido em contrato.
- (b) Cobrança retroativa de contribuição ao FUST referente ao período entre 2013 e 2014 parcelada em 60 meses com parcela de R\$ 2.129.
- (c) Obrigação com sócios com previsão de liquidação em até 3 anos sendo corrigido mensalmente pela taxa Selic conforme estabelecido em contratos de mútuo.
- (d) Constituição de passivo referente a reversão do investimento realizado a título de participação societária na empresa Ligue TV por assinatura Ltda, por conta resultados desfavoráveis apurados por meio de equivalência patrimonial.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, integralmente realizado, é representado por 2.000.000 quotas conforme segue abaixo:

Sócios	Quotas	31/12/2020
Gabriel Sartor	1.510.000	1.510.000
Fiber Construção e Locação de Redes Ltda.	490.000	490.000
Total do Capital Social	2.000.000	2.000.000

b) Prejuízos acumulados

A Empresa apurou em 2020 o prejuízo no montante de R\$ 4.232.265, sendo em 2019 o montante de R\$ 565.912.

Em 2019, a Administração da Empresa provisionou, juros sobre capital próprio, atribuído como dividendos o valor de R\$ 48.324. O pagamento deverá ocorrer no exercício de 2021.

24. Receitas

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas de Telecomunicações - Paraná		
STFC - Serviços de Telefonia Fixa Comutada	1.935.199	1.517.514
SCM - Serviços de Comunicação Multimídia	13.670.713	8.243.215
SVA - Serviços de Valor Adicionado	22.845.844	19.932.168
Serviços de Instalações	2.149.799	738.822
Receitas de Telecomunicações – Rio de Janeiro		
VOIP - Voz sobre Protocolo de Internet	3.937.997	5.308.770
Total das Receitas Brutas	44.539.552	35.740.489
ICMS	(1.335.963)	(3.036.061)
PIS	(47.825)	(232.253)
Cofins	(101.316)	(1.071.938)
ISS	(4.516.573)	(143.133)
Contribuição ao FUST	(185.632)	(63.454)
Contribuição ao Funttel	(289.459)	(31.339)
(-) Impostos e Contribuições	(6.476.768)	(4.578.178)
Total das Receitas Líquidas	38.062.784	31.162.311

Os impostos são considerados tributos incidentes sobre os serviços que guardam proporcionalidade com o seu preço, mesmo que integrem a sua própria base de cálculo. O PIS e a Cofins incidentes são apurados pelo regime cumulativo com alíquotas de 0,65% e 3% respectivamente e o ICMS é de 29%. O ISS é pago pela filial de Saquarema-RJ na alíquota de 2%. Considera-se ainda 1% sobre a receita bruta no cálculo da contribuição para o FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, e 0,5% sobre o faturamento líquido em favor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel.

25. Custos/despesas

	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos Serviços Prestados	24.788.114	18.489.890
Despesas Comerciais	5.115.635	3.149.080
Despesas Administrativas	5.437.758	5.046.355
Total	35.341.507	26.685.325

Os custos correspondem substancialmente a gastos relacionados a prestação de serviços de comunicação e transmissão, os quais são caracterizados pela compra de minutos de telefonia, link de dados de internet e sinal de TV por assinatura para disponibilização ao uso dos clientes.

As despesas correspondem a gastos com pessoal e encargos sociais, materiais de consumo, depreciações/amortizações, custos de locomoção, gastos com veículos, despesas de funcionamento (energia, água, comunicações, aluguéis, seguros) e etc., conforme evidenciado no quadro abaixo:

25.1. Gastos por natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Custo com Comunicação	5.596.035	7.546.876
Depreciação/Amortização	3.562.329	2.354.664
Salários/Benefícios/Encargos	4.397.966	4.829.190
Informática/Processamento de Dados	885.619	644.040
Assessoria/Consultoria	219.203	186.220
Aluguéis	591.947	548.520
Serviços de Terceiros	91.111	337.853
Propagandas/Publicidade	364.405	578.312
Prospecção de Clientes/Representação Comercial	1.406.773	1.368
Aluguel de Poste	4.001.116	2.808.112
Provisões/Perdas com créditos de liquidação duvidosa	1.245.219	450.400
Despesas de Funcionamento	623.689	757.246
Despesas com Veículos	346.187	484.901
Viagens/Estadias Colaboradores	39.842	72.558
Honorários Contábeis/Advocáticos	367.936	288.383
Materiais de Instalação	7.821.365	2.811.325
Mão de Obra de Terceiros	3.012.236	1.547.637
Outros Custos e Despesas	768.529	437.720
Total	35.341.507	26.685.325

Nota: Custos de comunicação, depreciações, mão de obra e encargos sociais, propagandas, locação de postes, custo com instalações FTTH sofreram variação relevante por fazerem parte dos gastos variáveis que prestam suporte ao aumento diretamente relacionado com a variação das receitas.

26. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Juros Recebidos (a)	328.699	244.511
Descontos Obtidos	6.491	7.812
Rendimentos de Aplicação Financeira	266	10.030
Ganho com créditos tributários	5.261	10.712
Variação Monetária/Cambial	96.311	298.685
Total das receitas financeiras	437.029	571.752
Juros s/ Impostos em Atraso	(1.126.123)	(1.225.956)
Juros s/ Empréstimos e Financiamentos (b)	(5.998.543)	(2.922.371)
Descontos Concedidos	-	(49.380)
Tarifas Bancárias	(210.257)	(86.807)
Tarifas de Cobrança	(331.921)	(392.947)
Juros Pagos	(184.953)	(125.549)
Variação Monetária/Cambial	(98.018)	(330.169)
Total das despesas financeiras	(7.949.816)	(5.133.179)
Resultado financeiro líquido	(7.512.787)	(4.561.427)

(a) Acréscimos correspondentes multas e juros de mora atribuídos a recebíveis liquidados após o prazo acordado.

(b) A variação entre um ano e outro, refere-se ao aumento de captação de empréstimos realizada em 2020.

27. Outros resultados operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Eventuais (a)	131.880	10.000
Despesas Eventuais (b)	(1.856)	(8.134)
Resultado de equivalência patrimonial (c)	(978.451)	-
Total	848.427	1.866

- (a) Representa ganho na alienação do ativo imobilizado;
- (b) Multas e outras despesas indedutíveis;
- (c) Resultado apurado sobre participação na empresa Ligue TV por assinatura pelo método de equivalência patrimonial.

28. Tributos sobre lucro

A Empresa apurou resultado desfavorável não sendo admitidas provisões de tributos correntes. No entanto foram provisionados créditos fiscais de IRPJ e CSLL atribuídos a partir dos prejuízos fiscais apurados no exercício, calculados com pelas alíquotas de 25% e 9% respectivamente sobre o resultado contábil após ajustes (adições, exclusões).

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ - corrente	-	348.543
CSLL - corrente	-	134.794
Total	-	483.337
IRPJ - diferido	(1.035.053)	-
CSLL - diferido	(372.619)	-
Total	(1.407.672)	-

29. Instrumentos financeiros

A Empresa possui operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Ativo Financeiro				
Caixa e equivalentes de caixa	5.539.455	5.539.455	29.744	29.744
Contas a receber	9.444.901	9.444.901	5.851.739	5.851.739
Passivo Financeiro				
Fornecedores a pagar	(5.986.236)	(5.986.236)	(4.926.350)	(4.926.350)
Empréstimos e financiamentos bancários	(48.818.649)	(48.818.649)	(25.995.536)	(25.995.536)
Total	(39.820.530)	(39.820.530)	(25.040.403)	(25.040.403)

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo e suas taxas de remuneração são substancialmente baseadas na variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário);

- **Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** – Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias);
- **Empréstimos e financiamentos** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

a) **Gerenciamento dos riscos financeiros**

Visão geral

A Empresa possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão são de responsabilidade da Tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente por executivos financeiros da Empresa, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Identificadas as exposições da Empresa, o responsável pela Tesouraria da Empresa precifica e zera seus riscos, buscando proteção com operações no mercado de bolsa de valores.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. Esses riscos são administrados por normas específicas da Empresa, de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. O saldo a receber de clientes é devidamente verificado e efetuado o registro de provisão para devedores duvidosos, quando necessário.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

b) Nota de sensibilidade:

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2020 para os significativos identificados como riscos de mercado: risco de liquidez.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pela Empresa.

Como cenários prováveis para as aplicações financeiras, foram adotados as cotações e valores já reconhecidos contabilmente. Para os cenários "possíveis" e "remotos", utilizamos uma variação de 25% e 50%.

	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	5.539.455	4.154.591	2.769.728
Empréstimos e financiamentos	CDI	Aumento do CDI	48.818.649	61.023.312	73.227.974

30. Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

31. Evento subsequente

31.1 Alteração contratual | Transformação em sociedade anônima de capital fechado

Em 25 de maio de 2021, a Empresa realizou a 20ª alteração contratual, deliberando e aprovando a transformação de Sociedade Empresária Limitada, para Sociedade Anônima de Capital fechado.

Dentre outras deliberações, alterações e aprovações, constam o seguinte:

O sócio GABRIEL SARTOR, cede e transfere, a título oneroso, 1.200 (mil e duzentas) quotas de sua titularidade na Sociedade, no valor total de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), para os sócios ROMEU MEDEIROS ANTUNES e MAICON ZIPPERER, nas seguintes proporções:

(a) 900 (novecentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, totalizando R\$ 900,00 (novecentos reais) para o sócio ROMEU MEDEIROS ANTUNES. Ficam igualmente cedidos e transferidos, todos os direitos e prerrogativas inerentes a tais quotas, totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou encargos; e (b) 300 (trezentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, totalizando R\$ 300,00 (trezentos reais) para o sócio MAICON ZIPPERER. Ficam igualmente cedidos e transferidos, todos os direitos e prerrogativas inerentes a tais quotas, totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou encargos.

Em virtude do disposto acima, a Cláusula Quarta do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA: O capital social no valor de R\$ 2.030.000,00 (dois milhões e trinta mil reais) dividido em 2.030.000 (dois milhões e trinta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizados em moeda corrente nacional está distribuído como segue:

SÓCIOS	%	QUOTAS	CAPITAL R\$
Gabriel Sartor	95,00%	1.928.500	1.928.500,00
Macon Zipperer	1,00%	20.300	20.300,00
Romeu Medeiros Antunes	3,00%	60.900	60.900,00
Igor Sartor	1,00%	20.300	20.300,00
TOTAL	100,00%	2.030.000	2.030.000,00

TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE ANÔNIMA

Os Sócios decidem aprovar a transformação do tipo jurídico da Sociedade, passando **de** Sociedade Empresária Limitada **para** Sociedade Anônima de Capital Fechado.

Em decorrência da transformação, cada quota em que se divide o capital social da Sociedade (doravante designada “Companhia”), o qual se encontra, na presente data, totalmente subscrito e integralizado, será convertida em 2.030.000 (dois milhões e trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social da Companhia, de R\$ 2.030.000,00 (dois milhões e trinta mil reais), antes dividido em 2.030.000 (dois milhões e trinta mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, passará a ser dividido em 2.030.000 (dois milhões e trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas pelos sócios.

Em razão da transformação aprovada, os Acionistas decidem alterar a denominação social da Companhia de “LIGUE MÓVEL LTDA” para “LIGUE MÓVEL S.A.”.

Em decorrência da transformação, ainda, os Acionistas decidem atribuir capital destacado para as filiais da Companhia, as quais possuirão capital destacado de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada.

Ainda em decorrência da transformação ora aprovada, os Acionistas decidem eleger os Srs. (i) ROMEU MEDEIROS ANTUNES, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; e (ii) MAICON ZIPPERER, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, ambos para um mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data, sendo permitida a reeleição.

31.2 Aumento de capital social | Aporte novo acionista | Alteração da diretoria | Constituição do Conselho de Administração

Em 08 de julho de 2021, a companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária deliberando e aprovando o aumento do capital, antes de R\$ 2.030.000,00 (dois milhões e trinta mil reais), para R\$ 102.030.000,00 (cento e dois milhões e trinta mil reais), representando um aumento de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões), com a emissão de 1.066.950 (um milhão, sessenta e seis mil, novecentas e cinquenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 93,725114299171 por ação.

No mesmo ato a empresa realizou a eleição do Conselho de administração, representada por 5 membros para o exercício de 2021.

Os membros do Conselho de administração, ora eleitos, realizaram na mesma data, Reunião do Conselho de administração, deliberando e aprovando a eleição de novos membros para a diretoria, composta por 5 diretores pelo prazo de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Por fim, fixaram a remuneração anual global dos diretores para o exercício que se encerra em 31 de dezembro de 2021 no montante máximo bruto de em R\$ 1.106.051,04.

* * *

**ALBERTO
BARBOSA
559473369
87**

Assinado digitalmente por ALBERTO
BARBOSA:55947336987
DN: C=BR, O=ICP-Brasil,
OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=
(EM BRANCO), OU=20085105000106,
OU=presencial, CN=ALBERTO
BARBOSA:55947336987
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de
assinatura aqui
Data: 2021-08-17 14:25:55
Foxit Reader Versão: 9.6.0